

PACHECO, João Alves. *Políticas de acesso à Educação Superior no Brasil: contradições da expansão nos Governos Lula*
Marília: Lutas Anticapital, 2019. 315 p.

Rodrigo Barchi

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Ibirapuera (Unib)

Palavras-chave Educação superior – Políticas públicas – Neoliberalismo – Universidades e faculdades públicas – Universidades e faculdades particulares.

Keywords Higher Education – Public Policy – Neoliberalism – Public Universities and Colleges – Private Universities and Colleges.

Submissão

10/09/2020

Aprovação

10/12/2020

Publicação

12/12/2020

“(...) a ruína da contestação da democracia é uma coisa terrível para a democracia.”

Jacques Rancière

Há um risco em produzir qualquer crítica às políticas do Governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva, hoje, 10 anos após o fim do mandato. Elas podem parecer inócuas e até injustas, se formos compará-las ao esfacelamento brutal da cidadania, do setor público de atendimento às necessidades básicas, das instituições de proteção ambiental, de fomento à ciência e de garantia aos direitos humanos e defesa das minorias, promovido pela gestão da extrema direita neoliberal e enamorada pelos fascismos, iniciada em janeiro de 2019, mas ensaiada desde 2016.

Perante o atual desmonte das instituições, das políticas e dos programas de acesso à saúde, à educação, serviços básicos de saneamento, infraestrutura e habitação, e da carta branca dada ao ataque nefasto às paisagens naturais, à produção agrícola familiar, aos indígenas e quilombolas, aos movimentos periféricos por reconhecimento e bem-estar social, às militâncias sociais LGBTQIA+ e feministas, e aos movimentos organizados da classe trabalhadora, a governança promovida pelos governos do Partido dos Trabalhadores, apesar de todos os equívocos cometidos – no que diz respeito à tentativa de consenso de classes e ao favorecimento do grande capital – não promoveu, nem de longe, a barbárie dos últimos cinco anos.

Provavelmente alguns dos maiores equívocos ocorridos nas gestões Lula e Dilma foram provocados pela desmobilização de boa parte dos movimentos sociais. Os quais, tornados burocratizados e institucionalizados a partir da promulgação de leis e políticas públicas que os atendessem, foram enganados pela falsa impressão de que as questões caras às militâncias seriam resolvidas com o tempo, deixando que a máquina estatal passasse a tomar conta, sozinha, das demandas. Se por um lado, se teve a ilusão de que as lutas tinham sido vencidas, por outro, ao fazer com que as lideranças políticas desses movimentos se tornassem responsáveis pelas instituições, o esvaziamento das organizações populares promoveu a perda da vigilância necessária para impedir que houvesse retrocessos. Os quais, como vivenciado atualmente, acabaram acontecendo.

E outra questão, sobre a qual a profunda e minuciosa pesquisa feita por João Alves Pacheco – professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – se debruça neste imponente trabalho, fruto de uma tese de doutorado defendida no tradicional e importante Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC de São Paulo, é

justamente o quanto uma reivindicação tão antiga e clamorosa, quanto à universalização da educação, se transforma constantemente em um jogo nefasto de favorecimento ao grande empresariado, que trata o campo como mero produto de troca e até especulação financeira.

Publicado pela interessante editora Lutas Anticapital, especializada em obras baseadas em autores marxistas clássicos e contemporâneos, o livro “*Políticas de acesso à Educação Superior no Brasil: contradições da expansão nos Governos Lula*” realiza um primoroso trabalho de investigação e exposição dos processos pelos quais o acesso ao Ensino Superior, em especial durante os dois mandatos de Luiz Inácio “Lula” da Silva, se tornou uma situação de imensa ambivalência. Se por um lado, permitiu o acesso de larga parcela da população ao Ensino Superior, em especial, no setor privado, a partir de políticas de Financiamento Estudantil (FIES) com juros baixos, e bolsas integrais de pagamento de mensalidades (PROUNI), por outro, fez com que diversas instituições se tornassem hipertrofiadas, quando não caracterizadas por verdadeiros conglomerados de escolas superiores, a partir, justamente, da garantia do pagamento dessas mensalidades.

Muitas instituições, se caracterizadas como pequenas faculdades isoladas no início dos anos 2000, quinze anos depois se tornaram verdadeiras potências reprodutoras de diplomas e formação profissional. Muitas delas, aliás, nos últimos anos, foram surpreendidas com operações da Polícia Federal, denunciadas e acusadas tanto por fraudes nos processos seletivos para cursos de alta procura, como de fazer propaganda enganosa de promessa de pagamento do financiamento estudantil, o qual somente era feito sob condições nem sempre transparentes aos(as) estudantes. Em muitos casos, no decorrer dos cursos, as instituições mudaram as regras, tornando impossível seu cumprimento, e condenando os(as) alunos(as) a endividamentos gigantescos.

O debate nacional realizado acerca da tentativa de universalização do Ensino Superior pelo Governo Federal, durante os governos petistas, foi – e ainda é – sempre pautado pela indigesta questão do sucateamento e da perda de qualidade do serviço oferecido pelas instituições, públicas e privadas, conforme as vagas iam aumentando e tanto a valorização dos(as) docentes, quanto a estrutura universitária, despencaram ladeira abaixo.

Portanto, o trabalho de João Alves Pacheco, desenvolvido pertinentemente sobre uma base epistemológica e metodológica marxista-gramsciana, faz um mergulho envolvente e extenso sobre a dinâmica na qual a institucionalização das lutas pelo acesso ao Ensino Superior acabou se transformando na “pata dos ovos de ouro”, nas mãos de um pequeno amontoado de empresários. O qual foi ganhando cada vez mais garantias – e conseqüentemente, lucro – conforme os instrumentos de acesso, regulamentação e

avaliação do Ensino Superior iam se constituindo e se tornando a oficialidade nos parâmetros regulatórios do Ministério da Educação.

Para essa empreitada, o pesquisador organizou o trabalho em sete partes, visando dar conta da evolução e contextualização desse processo, em um Brasil imerso no capitalismo financeiro globalizado e que justificava a universalização como forma de dar competitividade ao mercado nacional, conforme a fluidez das corporações transnacionais mundo afora fizesse suas passagens pelo país. Apesar de o autor afirmar, ainda na introdução, que o principal foco da pesquisa fosse o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e sua utilização nesses processos de ampliação das vagas no Ensino Superior, o texto dá conta de uma série de outras questões ligadas a essa expansão.

No primeiro capítulo, há uma didática exposição sobre o desenvolvimento do sistema capitalista, desde seu início nos finais da Idade Média, passando pelos processos envolvendo o surgimento da indústria e dos monopólios, até a imposição do emaranhado e complexo contexto no qual estamos imersos(as) contemporaneamente. No qual, inclusive, as distinções entre classes sociais, a partir da detenção e posse dos meios de produção e da força de trabalho, não são mais tão nítidas, óbvias e evidentes. Durante o capítulo, o texto costura a evolução do capitalismo com as mudanças ocorridas tanto no mundo do trabalho, quanto no campo da educação, em especial a educação escolar.

No segundo capítulo, a temática ao redor do mundo do trabalho é aprofundada, em sua relação com a educação escolar, onde o livro discorre de modo competente sobre a história do trabalho industrial, dando ênfase aos sistemas taylorista e fordista, até chegar à crítica ao “novo mundo do trabalho”. Em relação a este último, há uma íntima conexão ao toyotismo e uma ampla discussão sobre os discursos de polivalência, flexibilidade e renovação que são constantemente enaltecidos. Os quais são muito bem conjugados à grande rapidez na qual as novas necessidades – e conseqüentemente, novas mercadorias – vão sendo elaboradas, oferecidas e produzidas. Além disso, tanto a mecanização quanto a descentralização do trabalho industrial, exigem cada vez menos trabalhadores, jogando-os ao setor terciário e esvaziando o secundário.

No terceiro capítulo, no qual a escola e a educação são discutidas, há também a apresentação das escolhas epistemológicas, metodológicas e políticas do autor, as quais estão baseadas fortemente em uma perspectiva gramsciana. Os principais aspectos do pensamento do filósofo italiano levantados por João Pacheco Alves se desenrolam ao redor de conceitos como reprodução, hegemonia, sociedade civil e bloco histórico. Os quais, associados às noções de estrutura e superestrutura desenvolvidas por Gramsci,

são capazes, para o autor, de dar conta sobre o sentido da escola nas sociedades capitalistas, em especial a sua utilização para a dominação e manutenção da estrutura social.

Nesse capítulo, existe uma interessante referência sobre a influência do pensamento de Gramsci entre educadores populares latino-americanos, com destaque à própria perspectiva de Paulo Freire. O autor afirma que alguns dos principais aspectos da teoria do italiano foram fundamentais para a compreensão do educador pernambucano ao redor das ações e reflexões de professores e professoras junto aos movimentos populares, e também da educação pública em geral. Lembra também as diferenças interpretativas entre Paulo Freire e Dermeval Saviani, apesar do caráter marxista do pensamento de ambos.

No quarto capítulo, finalmente, João Pacheco Alves se aprofunda na análise das políticas públicas em Educação no Brasil, onde discorre largamente sobre a ampliação das vagas nos Ensinos Básico e Superior, a partir dos anos 60 e 70. Tenta desvendar as razões pelas quais, tanto a ditadura civil-militar quanto os governos democráticos resolveram investir maciçamente nesse setor. Foca a reforma universitária de 1968 e seu caráter tecnicista e mercadológico, a reforma do Estado durante o governo FHC e a flexibilização nas regras de abertura dos cursos superiores, além do financiamento governamental das instituições particulares e a ampliação das Instituições Federais durante os governos petistas.

O quinto capítulo é o cerne do livro, onde aborda, justamente, a ampliação das vagas no ensino superior dos dois mandatos de Lula. Logo de início, o autor já aponta para a contradição entre as propostas radicais no programa de governo da campanha presidencial – caras aos movimentos sociais e estudantis que deram base, por anos, ao Partido dos Trabalhadores – e a tentativa vaga de pacto nacional – até certo ponto, bem-sucedida – do primeiro mandato. No entanto, com a criação do ProUni (Programa Universidade para Todos), o autor afirma que há uma exitosa ação governamental no campo da educação, já que atende tanto aos interesses empresariais voltados ao Ensino Superior, quanto à boa parcela da população que, até então, não tinha acesso ao mesmo.

É necessário frisar que uma crítica que não é feita por esse trabalho – e acredito que não era necessariamente o objetivo da pesquisa, mas cuja leitura permite trazer à tona – é justamente a falta de contrapartida que caracteriza o ProUni, pois ao somente fornecer as bolsas para pagamentos de mensalidades, sem vincular os(as) estudantes contemplados(as) aos projetos de pesquisa e envolvimento com a extensão universitária, o programa, de forma quase que exclusiva, foca na formação do trabalhador

especializado. Apesar das oportunidades se ampliarem ao indivíduo com um diploma superior em mãos, ao não vincular a bolsa às outras dimensões do tripé universitário, todo o investimento feito pelo programa, além de alimentar o caixa das IES privadas, deixa a pesquisa e a extensão fragilizadas e relegadas a um plano secundário. Ao não terem sido contempladas com um investimento que poderia dar à sociedade um arranque mais do que necessário e emergente na produção científica e no trabalho social e cultural, a pesquisa e a extensão acabam se tornando coadjuvantes, “luxo” das instituições públicas.

A larga disponibilidade de bolsas de iniciação científica nas universidades públicas – cujos ingressantes ainda são de classes mais abastadas – em comparação do que ocorre nas privadas, e a larga utilização do ProUni na formação de trabalhadores especializados, é uma condição que não somente perpetua a reprodução de classes sociais, mas que dá a falsa sensação de inclusão social. A qual, por sua vez, é rapidamente desmontada, a partir do momento em que se observa que a formação universitária e suas oportunidades estão única e exclusivamente associadas às demandas e ofertas de emprego pelo mercado de trabalho.

As críticas aos aspectos atuais do Exame Nacional do Ensino Médio têm grande protagonismo neste capítulo. Em primeiro, por estar completamente associado ao ProUni, sendo que sem realizar o exame, não há sequer a possibilidade de recorrer e ser contemplado pela bolsa. Por outro, pelo fato da avaliação do Ensino Médio ter se transformado em um enorme vestibular a nível federal, ganhando repercussão e dimensões gigantescas. As observações do autor não estão somente pautadas no problema da evasão no Ensino Superior – ajudando a desmontar boa parte do discurso sobre democratização que o Exame carrega – mas também, e o que talvez seja o mais grave – é justamente o atentado à autonomia universitária, em especial das Instituições Federais, visto que o processo específico da instituição é enfraquecido, no que diz respeito à escolha dos estudantes que irão compor seu corpo discente e os futuros e as futuras pesquisadores(as).

Se por um lado, realmente há uma possibilidade maior dos postulantes às vagas escolherem um curso em instituições e regiões que seriam impossíveis de serem cogitadas, por outro, a falta de um maior suporte aos estudantes de classes menos abastadas – por meio das bolsas científicas ou programas sociais mais amplos que auxiliassem devidamente esses ingressos, para além daqueles que foram emergencialmente implantados – dá vazão a um argumento pernicioso – mas não sem completa razão – no qual há uma enorme despesa pública com pessoas, sobre as quais

não se sabe se darão à contrapartida (social, científica, cultural, política) a todo esse investimento.

São questões levantadas pelo livro, e que suscitam outras que precisavam ser ainda mais pensadas e discutidas, para que justamente essas políticas não enfrentem a completa – e injusta – execração que vem sofrendo por parte de alguns setores. A perspectiva desse livro, que é muito pertinente e pontual, não é a negação dessas políticas públicas de acesso ao ensino superior e, em especial, o ingresso de membros das classes excluídas. Mas o aperfeiçoamento e a ampliação cuidadosa desses programas, de forma que eles possam dar um retorno social e econômico à sociedade, e não somente ao empresariado, em forma de bolsas para mensalidades e qualificação precária da mão de obra. A análise crítica que João Pacheco Alves faz está muito posicionada à esquerda, apesar do mal-entendido que entusiastas fundamentalistas possam provocar ao ler o texto. Como aconteceu contra os setores mais radicais, quando fizeram a crítica ao “endireitamento” do Partido dos Trabalhadores na governança, em especial em relação ao favorecimento de grandes corporações empresariais e bancárias, e à displicência em relação à questão ambiental.

O sexto capítulo dissecar os dados sobre os sistemas avaliativos dos Ensinos Médio e Superior, e os vincula intimamente aos interesses das IES privadas. As quais criam as melhores estratégias e armadilhas para que, a partir destes exames, haja todo um maquinário de marketing e formação professoral-profissional para atender única e exclusivamente a estes processos classificatórios. Aliás, diversas instituições, nos últimos anos, dispensaram a necessidade da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), de forma que os estudantes pudessem se dedicar exclusivamente ao ENADE. Prejuízo da pesquisa científica em nome da avaliação universitária.

Por fim, no sétimo e último capítulo, o texto traz um estudo de caso, sobre a influência do Exame Nacional do Ensino Médio nos processos de seleção de ingressantes na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Apresenta os aspectos históricos e estruturais da instituição, para depois trazer as principais características dos estudantes, diferenciando-os a partir dos cursos e campus. Lembrando que a UNIFESP tem unidades em diversas cidades da Grande São Paulo e regiões Metropolitanas próximas à grande São Paulo, e cujos cursos, em cada um deles, têm aspectos muito próximos entre si.

Esse trabalho de João Pacheco Alves chega em muito boa hora. Sua análise, muito mais do que reforçar críticas, já muito esgotadas e fragilizadas, sobre a governança do Partido dos Trabalhadores, serve para fortalecer e deixar com maior evidência as necessidades mais básicas da sociedade brasileira, no que diz respeito ao direito à

Educação. Ao denunciar o papel daquilo que chama de Estado avaliador – responsável por Exames diagnósticos muito mais comparativos e enaltecedores do papel competitivo da qualidade dos cursos e instituições, do que necessariamente avaliações qualitativas em relação à sua contribuição à formação profissional, científica e social-coletiva dos indivíduos – o texto nos permite entender que por mais que se dissemine um discurso no qual o interesse das instituições privadas seja não somente o lucro, mas a preocupação coletiva, não há outro objetivo senão a exploração financeira *stricto sensu* do filão, pelo mecenato corporativo dessas universidades e grupos educacionais. Os quais, muito mais influenciadoras do que os próprios movimentos de educação popular e de base nos processos de elaboração das políticas públicas educacionais, fazem dos sistemas avaliativos uma ferramenta aliada e alinhada ao seu marketing e à sua ampliação estrutural. Sem necessariamente, é claro, fortalecer, valorizar e apoiar devidamente seus(suas) profissionais, pesquisadores(as) e educadores(as).

Mesmo para quem não é adepto ou alinhado às perspectivas marxistas e gramscianas – e das suas influências nas perspectivas da educação popular, em especial as freireanas – na compreensão e discussão das sociedades capitalistas, o livro é uma leitura obrigatória, pois não somente traz uma potente e necessária crítica ao papel do ENEM nas políticas de acesso ao Ensino Superior na Gestão Lula, mas, principalmente, carrega uma abordagem abrangente e minuciosa do funcionamento e da estrutura do capital privado inserido no Ensino Superior. O momento em que ele é publicado é muito adequado para entender os caminhos pelos quais a educação brasileira continuará a seguir, caso não haja movimentos intensos e insistentes por parte dos(as) educadores(as) e da sociedade em geral pela educação popular, de base, gratuita, laica, universal, integral e capaz de atender a multiplicidade que compõe a sociedade brasileira do século XXI.